

Fome e táticas alimentares, no cotidiano dos trabalhadores de Macapá (1944-1964)

SIDNEY DA SILVA LOBATO*

A cidade de Macapá passou por profundas metamorfoses em meados do século XX. As mudanças começaram a ser experimentadas a partir da criação do Território Federal do Amapá (pelo Decreto-Lei n. 5.8120, de 13 de setembro de 1943) e, mais concretamente, a partir da instalação do primeiro governo territorial, em 25 de janeiro de 1944. Para lembrar a expressão de Aracy Mont'Alverne (1983: 13-14), Macapá estava perdendo aquele aspecto de “*menina do mato*” — novas ruas e avenidas eram abertas, praças, escolas, hospital e casas de alvenaria eram construídas... Era possível enxergar, em diversos pontos, trabalhadores erigindo paredes, assentando janelas e coberturas. A procura por mão-de-obra para a realização de tais construções atraiu muitos imigrantes das regiões circunvizinhas. Nos próximos parágrafos, demonstraremos os principais desdobramentos deste *boom* populacional no cotidiano macapaense.

Faissol (1966: 26) ressalta que o rápido crescimento populacional contribuiu para a ampliação dos contrastes sociais existentes em Macapá. Os adventícios se instalavam na parte suburbana desta cidade, engrossando a população desassistida pelos serviços públicos básicos. Para esquadriharmos as causas maiores deste ritmo de incremento demográfico, devemos ampliar nossa lente para atingirmos a escala regional, nacional e transnacional. Quando foi criado o Território Federal do Amapá, viviam-se as tensões geradas pela Segunda Guerra Mundial. No início deste conflito, o governo brasileiro assumiu uma postura de neutralidade, tendo em vista suas ligações comerciais com os EUA e com a Alemanha e, mais ainda, a possibilidade de barganhar acordos muito vantajosos para a montagem do parque industrial do país. A pressão estadunidense aumentou depois do bombardeio japonês à base de Pearl Harbor e, em agosto de 1942, o Brasil posicionou-se oficialmente contra o Eixo. Antes disto, navios brasileiros já tinham sido atacados por submarinos alemães. Então, foram assinados vários termos de cooperação entre Brasil e EUA, denominados de *Acordos de Washington*. A borracha, neste interim, tornou-se objeto de grande preocupação, pois

* Professor de História da Amazônia da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), presidente da Seção Amapá da ANPUH e doutorando em História Social na Universidade de São Paulo (USP).

França e Holanda — membros do cartel que controlava o mercado internacional deste material estratégico — foram invadidas por forças alemãs (GARFIELD, 2009: 35-46).

Por meio daqueles *Acordos*, o governo brasileiro conseguiria realizar o reequipamento de suas forças militares e os EUA garantiam o fornecimento de produtos estratégicos e a instalação de bases militares no Nordeste e no Norte do Brasil. Foi em torno da questão do fornecimento da borracha para os EUA que se formou a maior onda migratória para a Amazônia, em meado do século XX. Entre 1941 e 1945, 55.339 nordestinos deslocaram-se para a Amazônia (36.280 “soldados da borracha” e 19.059 dependentes). O próprio nome da empreitada de elevação da produção gomífera, *Batalha da Borracha*, indicava que o vale amazônico agora estava conectado aos dilemas das forças aliadas e ao movimento transnacional (de: pessoas, matérias-primas, aeronaves, navios, submarinos, alimentos...) gerado pela Guerra (MARTINELLO, 1985: 364). Ao mesmo tempo, o governo varguista apresentava esta empreitada como uma estratégia para solucionar “*problemas nacionais*”: a ocupação e colonização de “*espaços vazios*”(CARVALHO, 2005: 102-117). Assim, o objetivo da *Marcha para o Oeste* era inverter o sentido do movimento dos sertões para o litoral (o êxodo rural). Ao enfatizar a ideia de que cada um tinha o seu lugar, a propaganda mobilizadora ensejava a imaginação de diferentes campos de batalha e reforçava a retórica da importância para o Estado Novo tanto do trabalhador dos sertões quanto do das cidades (SECRETO, 2007: 73-75).

O fracasso da tentativa de alavancar a produção gomífera nesta região tem diversas causas. A pressão das oligarquias da Amazônia fez com que a maioria dos termos dos *Acordos de Washington* não fosse cumprida. Diversos imigrantes foram absorvidos por atividades econômicas que os afastavam dos seringais. Atividades desenvolvidas em: usinas de açúcar, fazendas de gado, áreas de garimpo, seringais e cidades. Arthur de Miranda Bastos (1951) ressaltou que muitos imigrantes chegavam empolgados com as exageradas grandezas apregoadas pelos propagandistas e, desiludidos, cedo abandonavam os seringais. Em seguida destacou: “de 1944 a fins de 1945 era este repórter um dos secretários do Govêrno do Amapá, e nesse caráter teve no seu serviço e viu nos demais, centenas de ‘arigós’ que haviam descido no Pará como

soldados da borracha, mas, que haviam entendido mais lucrativo ser carpinteiros ou pedreiros nas grandes obras que ali iniciava o governador Janary Gentil Nunes”.¹ Assim, as construções urbanas ocorridas em Macapá ofereciam alternativas àqueles que fugiam das adversidades da vida nos seringais.

Entre 1940 e 1950, Macapá foi a capital brasileira que apresentou o maior índice de crescimento populacional. A população cresceu cerca de 9 vezes. Este crescimento decorreu principalmente de imigrações acontecidas a partir de 1944. Em 1949, a causa de 57,9% do aumento populacional macapaense foi a chegada de imigrantes. A este respeito, o geógrafo Antônio Teixeira Guerra (1954: 82-83) comentou: “observamos que a cidade de Macapá é a que maior atração exerce sobre as populações rurais e mesmo sobre os outros centros urbanos que lhe estão próximos”. E complementou: “a cidade de Belém e outros centros nordestinos também têm sofrido os efeitos dessa atração realizada por Macapá”. Nas áreas amazônicas atingidas por esta atração — especialmente na zona rural da Amazônia Oriental — havia uma forte tradição de mobilidade populacional. Comumente, o ribeirinho exercia duas ou três atividades econômicas durante o ano — conforme a estação climática.

O regime de trabalho das populações rurais amazônicas ensejava um modo de vida provisório. Os deslocamentos sazonais para a extração de borracha, da castanha, das sementes oleaginosas e de outros produtos se combinavam com migrações menos frequentes, decorrentes da abertura de novos roçados. A relação interina com os recursos e com os lugares diz respeito a um *modus vivendi* muito antigo (MARTINS, 1998: 664). Tornar moderna a vida nos sertões do Brasil assumia, nos anos 40 do século XX, o sentido de fazer do “*caboclo*” um sedentário e, ao tempo da natureza, sobrepor o tempo do relógio — o tempo da produção constante, enfim, o tempo transformado em valor, em dado absoluto e não relativo. Na perspectiva governamental era imprescindível fixar o homem, ou seja, através do emprego de modernas técnicas, liberá-lo do influxo das cambiantes forças naturais e torná-lo sedentário. Por outro lado,

¹ Na década de 1940, tornou-se comum utilizar a palavra ‘*arigó*’ para designar os imigrantes nordestinos (principalmente cearenses) que iam para os seringais da Amazônia.

a cidade era apresentada como forma definitiva de povoamento e como símbolo da total regulação do tempo e do espaço pelo homem.

Oferecendo oportunidades aos nordestinos desiludidos com as mentirosas promessas de prosperidade nos seringais e exercendo seu magnetismo sobre uma população amazônica bastante móvel, Macapá experimentou na segunda metade da década de 1940 um abrupto crescimento demográfico. Na década de 1950, novos fatores iriam dar mais fôlego a este processo. A exploração pela Indústria e Comércio de Minérios S. A. (ICOMI) — uma modesta firma constituída em Belo Horizonte, no ano de 1942 — das imensas jazidas de manganês do Amapá criou uma grande onda migratória para Macapá. Minério aplicado na siderurgia, o manganês é utilizado principalmente na fabricação de diversos tipos de aço, funcionando como desoxidante e removedor de impurezas. Em meado do século XX, a indústria siderúrgica gradualmente aumentou a produção do aço, o que fez crescer rapidamente a procura pelo manganês (ICOMI, 1971: 29-30). No contexto da Guerra Fria, a Rússia (maior produtora mundial deste minério) tornou-se cada vez menos disposta a continuar vendendo boa parte de sua produção manganífera para importadores estadunidenses. Assim, as jazidas do Amapá (que, em 1957, fizeram do Brasil o 4º maior exportador mundial de manganês) transformaram-se num elemento importante nas negociações comerciais (e políticas) com os EUA.

Apesar da exploração e escoamento de manganês ter aberto no Amapá um novo epicentro de geração de oportunidades de trabalho e, conseqüentemente, de atração populacional, a cidade de Macapá manteve sua linha demográfica ascendente. Isto ocorreu, entre outras coisas, porque muitos dos imigrantes que tentavam (numerosas vezes sem sucesso) conseguir emprego na ICOMI se estabeleciam nesta capital, e não raramente nela ficavam em caráter definitivo (IBGE, 1957: 30). Na segunda metade da década de 1950, quando o principal empregador do Amapá — o Governo do Território Federal do Amapá (doravante denominado GTFA) — passou a enfrentar sérias dificuldades financeiras, a conquista de uma fonte de renda na capital tornou-se mais difícil. O contraste entre falta de dinamismo econômico e acelerado ritmo de

crescimento demográfico tornou mais agudas as desigualdades sociais na cidade de Macapá.

No âmbito territorial, reproduziram-se os problemas que a criação dos territórios federais deveria ajudar a resolver: o êxodo das populações rurais para os núcleos urbanos. Faissol viu no desequilíbrio populacional do Amapá “um grave problema que se agrava dia a dia”. A atração exercida pelo eixo ferroviário da produção manganífera — que também contribuiu para o crescimento de áreas próximas, como a cidade Macapá — acentuou esta tendência. Enquanto os demais municípios perdiam povoadores ou estabilizavam-se, o de Macapá (que, além da sede municipal, incluía o distrito de Ferreira Gomes, o arquipélago do Bailique e as vilas Serra do Navio e Amazonas) tinha a cada ano um acréscimo populacional de grandes proporções (FAISSOL, 1966: 22). Para tentar atenuar estes contrastes e aumentar a produção agrícola, o governo territorial, no final da década de 1940, iniciou uma política de colonização. Por meio de tal política, núcleos de povoamento com pequenos agricultores foram implantados em pontos regularmente distribuídos do Território. Mas, como já demonstramos em outro estudo, as colônias fracassaram por motivos diversos (LOBATO, 2011).

Uma das consequências mais desafiadoras deste *boom* populacional e do fracasso da política de colonização para o cotidiano das classes populares da capital do Amapá foi que os problemas relativos ao abastecimento tornaram-se mais agudos. A insuficiência e a intermitência do fornecimento de gêneros alimentícios na Amazônia era um fenômeno de longa duração (OLIVEIRA, 2011: 417-442). No entanto, podemos afirmar que no período da Segunda Guerra Mundial chegamos ao paroxismo. Os comerciantes amapaenses abasteciam-se de produtos principalmente na cidade de Belém, que sofria, por seu lado, veemente crise. Em 1944, o governador do Pará, o Coronel Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, reconhecia: “a Guerra já fazia sentir os seus efeitos tentaculares quando assumi o governo”. E completava: “o bloqueio das nossas costas veio criar, para nós, na intermitência dos carregamentos e na insuficiência das tonelagens disponíveis, uma situação de carência alimentar sem nenhum precedente na nossa história”. Dois terços dos gêneros alimentícios comercializados em Belém

eram adquiridos no sul do Brasil. Os constantes ataques dos submarinos alemães aos navios brasileiros gerou uma situação estrangulamento para o abastecimento do Norte (BARATA, 1944: 7-8).

Em nível regional e territorial foram criadas agências governamentais a fim de enfrentar esta crise. Em dezembro de 1942, foi criada a Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA). Em novembro de 1944, foi criada a Comissão de Abastecimento do Território Federal do Amapá (CATFA). Esta Comissão — depois transformada em Superintendência (SATFA) — deparou-se com sérios desafios. A agricultura praticada no Amapá era predominantemente de subsistência e as importações estavam parcial e temporariamente inviabilizadas. Num balanço feito em 1953, o articulista do jornal *Amapá*(1953: 8) lembrava: “não possuindo o Território campo de agricultura capaz de satisfazer as necessidades internas, com uma pecuária então incipiente, sem indústria de laticínio, estava o Amapá inteiramente a mercê da importação com suas dificuldades aumentadas em decorrência da crise provocada pelo conflito mundial”. Segundo este mesmo articulista, esta crise “além de exigir o máximo da produção do país para a subsistência das forças democráticas em luta, agravava-se pela falta de transporte”. A deficiência no abastecimento e a carestia atingiram de forma mais dramática a classe trabalhadora. Muitos seringueiros abandonaram suas atividades para se dedicarem à caça e à pesca. Outros rumavam para as cidades mais próximas, na esperança de nelas encontrarem uma situação menos desoladora (OLIVEIRA, 2011: 97).

O racionamento de alimentos foi adotado. Foram distribuídos cartões numerados para disciplinar a entrada (em regime de revezamento) no Mercado Municipal, para a aquisição de carnes (GTFA, 1946: 2). Estes cartões eram dados aos “*chefes de famílias*” cadastrados no Serviço de Estatística da SATFA (GTFA, 1947: 2). Outra medida, foi o tabelamento de preços que limitava o lucro dos comerciantes a freava a vigorosa tendência à alta inflacionária. Porém, o preço do quilo da carne verde passou de Cr\$ 2,80 para Cr\$ 3,00 em 1944. Este ligeiro aumento — juntamente com a facilitação do transporte — objetivava evitar o escoamento da carne bovina para mercados mais lucrativos (GTFA, 1952: 3). Por outro lado, fazendeiros, comerciantes e

demais membros das classes proprietárias tinham vários representantes na Comissão de Preços de Macapá. Representantes que aí defendiam seus interesses e garantiam graduais aumentos dos preços dos gêneros alimentícios (GTFA, 1948: 1).

A insuficiência do fornecimento de carnes em Macapá foi objeto de grande preocupação da SATFA. No primeiro ano da autonomia territorial do Amapá, calculou-se a quantidade de carnes oferecida pelo mercado da cidade de Macapá e inferiu-se que a cota *per capita* de consumo diário de proteínas animais não alcançava vinte gramas (NUNES, 1946: 88, 131). A criação de gado bovino no Território era feita de forma extensiva, com a utilização dos pastos naturais, sobretudo nos vales dos rios Pedreira e Araguari (GUERRA, 1954: 275). Para acelerar o crescimento do tamanho dos rebanhos, o governo favoreceu o acesso ao crédito para os criadores e procurou facilitar a aquisição de “bons” reprodutores, oriundos do sul do país (TEIXEIRA JÚNIOR, 1948: 8). Ademais, a partir de 1947, foram realizadas anualmente as Exposições dos Produtores Amapaenses, cujo objetivo era estimular a produção agropecuária territorial. Entretanto, vendo suas práticas contingenciadas pelo governo, principalmente através do tabelamento dos preços, os criadores passaram a mais e mais unidos lutar por sucessivos aumentos nos preços da carne de gado.

Em maio de 1948, Janary Nunes, considerando “os repetidos apêlos formulados pelos fazendeiros e criadores locais”, bem como “as razões apresentadas pela coletividade de pecuaristas amapaenses reunidos nesta capital a quando da Iª Exposição de Animais do Território” resolveu fixar o preço do quilo carne bovina comum em Cr\$ 5,00 (GTFA, 1947b: 2; GTFA, 1947c: 3). O deputado Enéas Barbosa, discursando à Assembleia Legislativa do Pará, inventariou a permanente pressão exercida pelos fazendeiros sobre o governo. Segundo Barbosa, “quando da Primeira Exposição [de Animais] a carne verde era vendida ao preço de Cr\$ 4,00 o quilo na cidade de Macapá e no interior a Cr\$ 5,00 e já na data da Segunda estava a Cr\$ 5,00 e Cr\$ 6,00 e presentemente é de Cr\$ 6,00 e Cr\$ 7,00 no interior”. E este deputado complementa com o seguinte: “essa alteração de preços reclamada pelos fazendeiros com as alegações baseadas em dados precisos do custo de vida das despesas que tem com suas fazendas, não tem sido atendida com grandes facilidades, pois o capitão Janary Nunes como o dr.

Raul Waldez, e na sua generalidade todos os governos, não permitem nunca aumento de preço da carne por acharem que é o gênero que deve ser vendido mais barato”. Com mais ou menos dificuldade, os fazendeiros acabavam obtendo os aumentos pretendidos. Devemos destacar que se trata uma classe que tradicionalmente deteve, além do poder econômico, um grande peso político (BARBOSA, 1949: 5; GTFA, 1956: 4).

Em setembro de 1956, foi fundada a Associação Rural da Pecuária do Amapá, cujo objetivo era pugnar pelos interesses dos pecuaristas que abasteciam os mercados locais. Na cerimônia de fundação estavam presentes vários criadores do Marajó (que também forneciam gado para estes mercados). Janary, na condição de pecuarista e de sócio benemérito desta Associação, enviou uma mensagem de saudação aos seus fundadores (GTFA, 1956b: 4). A reunião dos pecuaristas nesta entidade era mais um passo no sentido do amadurecimento de uma consciência de classe pautada na luta por interesses comuns. A pressão em bloco exercida por este poderoso grupo e a sua aliança com os líderes janaristas garantiam o sucesso das suas *démarches*. Assim, a política intervencionista de contenção da inflação via tabelamento dos gêneros de primeira necessidade era curto-circuitada pela prioridade dada aos interesses dos fazendeiros, em detrimento da proteção do poder aquisitivos da classe menos aquinhoada.

Os comerciantes também exerceram uma forte influência na política de controle dos preços em Macapá. O comércio atacadista local formou-se, sobretudo, a partir de pequenos estabelecimentos criados por seringalistas ou donos de seringais. Este comércio dependia, basicamente, das verbas que o governo federal entregava ao Território e, a partir de 1948, das demandas icomianas (IBGE, 1957: 32). Boa parte das maiores lojas da capital se concentrava no núcleo político-social desta cidade — mais especificamente no entorno da Praça Capitão Assis de Vasconcelos. A expansão deste centro comercial ocorreu ao longo da Rua Cândido Mendes (atualmente, o principal corredor do comércio macapaense). Uma série de instituições garantia os encontros e entrelaçamentos de interesses. Com fazendeiros e industriais, os comerciantes compunham a Associação Comercial Agrícola e Industrial do Território do Amapá, criada em julho de 1944, com a finalidade de promover a defesa dos interesses dessas classes e “colaborar estreitamente com a administração pública na qualidade de órgão

técnico e consultivo” (NUNES, 1946: 141). No entanto, esta colaboração não ficou restrita às questões de ordem técnica.

Em setembro de 1950, ocorreu uma reunião das “*classes conservadoras*” para promover manifestações de apoio à candidatura de Cristiano Machado a presidente da República e de Coaracy Nunes a deputado federal. Nesta ocasião, o então presidente da Associação Comercial Agrícola e Industrial, Álvaro Vasques destacou: “estamos certos da vitória do Partido Social Democrático no próximo dia 3 de outubro e, antes dessa certa vitória, ei-nos presentes para testemunho da admiração que V. Excia representa na nossa classe”. Em seguida, falou o comerciante Isaac Zagury: “quiseram meus colegas de classe, que eu como macapaense de nascimento, vos dirigisse a palavra descolorida, porém sincera afim de reafirmar nossa confiança e incondicional solidariedade ao govêrno de V. Excia.”. Agradecendo tais palavras, Janary afirmou “que recebia aquela manifestação de coração aberto porque estava certo que as classes conservadoras do Amapá acompanhavam os pontos de vista do Govêrno” (GTFA, 1950: 3). Esta aliança entre comerciantes e governo ia além de circunstanciais palavras de apoio. Lendo a lista dos membros da seção amapaense do Partido Social Democrático (PSD), encontramos um apreciável número de comerciantes locais. E o PSD foi a cidadela política do janarismo em quase todo o período aqui estudado.

Com prejuízo para a frenagem do avanço da inflação, o governo recorrentemente elevava os preços dos gêneros considerados de primeira necessidade a fim de salvaguardar as margens de lucro de pecuaristas e comerciantes. Portanto, ao problema do déficit no abastecimento somava-se o da carestia. Os membros da Comissão de Abastecimento e Preços (COAP), instituída no Amapá em 1952, admitiam que os preços praticados pelo comércio macapaense eram “*astronômicos*” (GTFA, 1954: 1). Porém, recorrentemente, eles cediam aos apelos dos produtores e comerciantes por novos aumentos. Por exemplo, em julho de 1956, o governador do Território Amílcar da Silva Pereira encaminhou para a COAP um memorial em que os pecuaristas solicitavam o aumento do preço do gado em pé. Menos de um mês depois, no dia 11 de agosto, foi expedida a Portaria nº 5, que concedia tal aumento (GTFA, 1956c: 5). Em

novembro deste ano, foi a vez de um grupo de marchantes ter seu pedido de aumento do preço da carne suína atendido (GTFA, 1956d: 4).

A rápida escalada dos preços elevou o custo de vida a picos quase insuportáveis para os mais pobres da cidade de Macapá. Além da alimentação, itens como vestuário, higiene e, principalmente, habitação, contribuíam fortemente para a elevação do custo de vida em Macapá. Devido o crescente déficit habitacional, um grande número de pessoas morava em casas e quartos alugados. Vários gêneros alimentícios eram vendidos em Macapá a preços inferiores ao da maioria das capitais brasileiras. A abordagem comparativa apresentada pela documentação governamental é, entretanto, pouco consoladora, pois o problema do galopante aumento do custo de vida era sentido e lamentado em todo o Brasil (GTFA, 1955: 1). Em maio de 1955, o articulista do jornal Amapá afirmou: “excetuando alguns países corroídos pela inflação — e entre os quais se inclui Argentina, Paraguai, China, Chile e poucos outros — não existe mais do que duas ou três regiões em situação tão perigosa no que diz respeito ao aumento dos preços da comida”. E elucidou que “em dois anos passou-se a pagar tão mais caro pela alimentação nas capitais dos Estados que se chega a pensar até onde poderá o povo resistir à exploração de que está sendo vítima”. Além do mais, a média salarial de Macapá era das menores. Em julho de 1954, o salário mínimo mensal na capital do Amapá era de Cr\$ 1.200, ou seja, um dos mais baixos entre as capitais brasileiras. E 66% dos servidores públicos territoriais recebiam, neste ano, entre 1.000 e 1.999 cruzeiros (IBGE, 1955: 28-30). E não podemos esquecer que as pessoas que dependiam de subempregos certamente não percebiam estes valores.

Diante da carestia e do quadro deficitário do abastecimento, os trabalhadores de Macapá exercitaram a arte de viver do pouco ou, qual prestidigitadores, de fazer do pouco o muito. Num campo dominado pelo outro (as classes hegemônicas da cidade), os moradores da Macapá popular e subalternizada inventaram seu cotidiano para conseguir aquilo que direta ou indiretamente lhes era negado. A mobilidade interlocal era uma das mais importantes táticas na busca de melhores condições de vida (melhores terras para cultivar, áreas mais fartas para coletar, frentes com mais altos salários a receber, etc.). Fugir das adversidades e partir em busca de novas oportunidades era uma

possibilidade quase sempre presente no horizonte dos trabalhadores da Amazônia e de alhures. Havia, porém, outras táticas. Diante da insuficiência do abastecimento e do incessante aumento dos preços dos alimentos, os trabalhadores buscavam alternativas ao mercado.

Muitos moradores dos lindes da cidade de Macapá recorriam à caça, à pesca e à coleta como importantes fontes alimentares. As armadilhas de rifles eram colocadas em pontos estratégicos da mata. Comumente, os caçadores se colocavam na forquilha das árvores, onde ficavam de tocaia até que um veado, uma cotia, um porco do mato surgisse — momento em que tais animais eram abatidos, caso o tiro fosse certo. Em entrevista, Raimundo Lino Ramos (o “*Pavão*”, nascido em 1936 e falecido em 2009) lembrou: “aqui no pequeno Jesus de Nazaré, que hoje se chama Julião Ramos e Jesus de Nazaré, isso tudo era mata que a gente caçava e ali, justamente onde se chama Igarapé das Mulheres, a gente apanhava açaí”. E adiante: “açaí, naquela época [meado do século XX], ninguém comprava, porque, quando davam quatro horas, eu saía pra minha roça, apanhava três, quatro cachos de açaí e já trazia pra casa, pra amassar; e eu trazia: açaí, o meu peixe, trazia uma caçazinha”. Moradores do subúrbio frequentemente colocavam cercas em dois pontos de um igarapé para, na vazante da maré, daquela parte fechada, pegarem os peixes que ficassem presos. Os poços do leito dos igarapés expostos pela vazante eram gapuiados com latas, crotás² de bacabeiras, cuias e cumbucas — tirava-se a água e, depois, os peixes aí presos.

A farinha era uma das bases alimentares dos moradores de Macapá. Além da mandioca, eram cultivados pés de cana, abacaxi, cacau, algodão, bananeira e outros. A principal finalidade da produção agrícola (assim como da caça e da pesca) era o consumo. Este consumo tanto podia se restringir à família, quanto poderia se estender à comunidade de vizinhança. Uma característica fundamental do trabalho agrícola dos roceiros era o uso de técnicas tradicionais de cultivo e de poucas ferramentas. Antônio Teixeira Guerra ressaltou a este respeito que: “o fogo, o machado e a enxada são instrumentos mais importantes nas pequenas lavouras de ‘terra firme’ dos nossos

² Proteção natural (invólucro em forma de barcaça) de cachos de frutos de palmeiras, como: açaí, bacaba, tucumã e outros.

caboclos” (GUERRA, 1954: 195). O grande volume de trabalho exigido para a abertura de uma clareira na mata sempre excedia a capacidade de uma família. Era neste momento que os laços comunitários mais se evidenciavam. Dava-se o nome de *pixurum* (ou *putirum*) para uma espécie de mutirão do qual participavam parentes e amigos (próximos e distantes) de uma família que necessitava realizar a limpeza de um terreno ou uma colheita. O *pixurum* terminava sempre num momento festivo, com comidas e bebidas oferecidas pelos donos da área de cultivo. Outro aspecto importante da produção agrícola praticada no Amapá era o deslocamento constante para novas áreas de cultivo. Durante entrevista, Joaquim Ramos da Silva lembrou que “*a cada ano eles faziam a roça em lugares diferentes*”. Em Macapá, os roçados eram deslocados para lugares cada vez mais distantes por causa de sua natureza itinerante e em decorrência do rápido crescimento da cidade.

Uma generalizada tática popular para garantir o consumo de proteína animal era a criação de xerimbabos. Os transeuntes facilmente poderiam encontra-los perambulando nas ruas. Para “*um leitor assíduo*” do jornal *Amapá*, os animais que transitavam livres pelas ruas atentavam contra o silêncio e o bem-estar, elementos “*indispensáveis a uma cidade que se moderniza*”. O insatisfeito leitor destacou: “*aqui é um cão a ganir estrepitosamente ou um porco a fuçar; ali um cavalo a relinchar com fúria; acolá um bóde em correrias e espirros terríveis, ou um burro a ornejar descompassadamente*”(GTFA, 1945: 5). Em fevereiro de 1947, a prefeitura municipal de Macapá expediu a Portaria nº 5, que proibia “*a permanência, à solta, nas ruas e praças na cidade, de animais de qualquer espécie*”. Tal medida foi assim justificada: “*a existência de grande número de animais, à solta, nas ruas, além de atentar contra os nossos foros de cidade, constitui grave perigo para os transeuntes*”. Em seguida, o texto especifica que se tratava de animais caninos, bovinos, suínos, caprinos e muares(GTFA, 1947d: 4). No dia 30 de julho de 1949, Francisco Felipe Nery (paraense de 43 anos e funcionário público) disse ao delegado Antônio Melo: que possuía no quintal de sua casa cerca de 70 bicos de galinha e “*que, ultimamente, frequentemente vinha notando a falta de algumas daquelas aves*” (Arquivo do Fórum da Comarca de Macapá [doravante

AFCM], 1949: 7). Através desta ladainha de queixas, emerge a imagem de uma cidade onde a criação de xerimbabos era uma importante fonte alimentar.

Os problemas gerados pelo racionamento de alimentos e pela alta inflacionária também propiciavam situações de conflito entre os populares. Os mercados transformavam-se cotidianamente em cenários de discussões e brigas. Em 1944, havia em Macapá um mercado municipal situado na doca da Fortaleza (ao lado da Fortaleza de São José). Aliás, a doca toda era um grande mercado a céu aberto, onde os moradores da cidade iam comprar não somente alimentos (peixes, carne bovina, frutas, etc.), mas, uma grande variedade de mercadorias vindas dos interiores do Amapá, das ilhas do Pará, de Belém, e de outras partes do Brasil. A doca também era um espaço de lazer, de prostituição, de moradia popular e de embarque e desembarque de viajantes. Em uma denúncia de 1951, o representante do Ministério Público escrevia: “no dia 14 de julho do corrente ano, pela manhã, no mercado municipal da doca da Fortaleza, desta cidade, vendiam-se peixes, que a geleira ‘Polux’ trouxera para a população”. E prossegue: “havia muitos pretendentes a compra do pescado, formando grandes filas. Da geleira era o peixe transportado para o Mercado, em paneiro, às costas do ofendido Mário Nascimento dos Santos. Nêsse vaivém, o ofendido passava pela multidão”. Deparando-se com esta enorme fila, A. F. Lima dirigiu-se para o barco pesqueiro a fim de comprar o peixe diretamente nele (AFCM, 1951: 2).

Vender peixe fora do mercado era algo expressamente proibido, pois isto significava para o governo a perda do controle dos preços e do racionamento do consumo. A desobediência a esta norma podia resultar em prisão temporária. Em maio de 1945, o jornal Amapá noticiou na seção Ocorrências policiais: “João Teles, morador da ilha dos Carás, entendeu que podia, contra expressa determinação do Superintendente da C.A.T.F.A., vender peixe fora do mercado”, e por isso “esteve detido algum tempo, para aprender a respeitar ordens que são dadas tendo em vista o benefício da coletividade”(GTFA, 1945B: 3). Por causa desta ordem, A. F. Lima não teve sucesso em sua tentativa de comprar pescado diretamente na Pólux. Estando na posição de acusado, ele apresentou uma narrativa onde a culpa do ocorrido era dividida com o ofendido e com a cachaça. A. F. Lima relatou na delegacia que naquela manhã

fora ao mercado da doca e “que, estando grande a fila, dirigiu-se para a geleira ‘Polux’, onde tentou fazer a aquisição do pescado, fora da fila, por notar que estavam vendendo deste modo a algumas pessoas”. Disse que sem motivo recebeu um bofete no rosto, dado por Mário Nascimento dos Santos e que, por isto, foi esperá-lo no mercado e, quando ele saiu, o agrediu, não se recordando se o atingira com uma faca, pois, pela manhã, bebera uma dose de cachaça com limão numa casa comercial do bairro “Alto”, o centro político-social de Macapá (AFCM, 1951: 6).

Em setembro de 1953, foi inaugurado um novo e mais amplo Mercado Municipal. E para diminuir a concentração de demandas num só mercado, foram criados pequenos mercados nos bairros suburbanos. No entanto, a concorrência popular em torno de um fornecimento insuficiente, racionado e caro igualmente gerava nestes mercados menores: enormes filas, tensões e atritos. No dia 22 de janeiro de 1952, às 14 horas, a menor J. S. Palheta entrou na delegacia com um regular ferimento na face, afirmando que a menor Edenis fora a autora deste. Segundo os relatos das menores, a briga deu-se na fila do mercado do bairro do Trem, onde ambas aguardavam para comprar vísceras. J. S. Palheta depôs que, como de costume, fora ao mercado do Trem “a fim de conseguir lugar na fila e aguardar a venda de vísceras, miudos” e que, ao chegar lá, procurou o seu lugar, “antecipadamente marcado com um pãozinho”. Ainda segundo esta depoente, após achar seu pãozinho, passou a discutir com Edenis sobre quem tinha o direito de ficar na cabeça da fila e que neste momento ela sacou uma pequena faca que trazia no bolso do vestido e vibrou contra a queixosa. Edenis, por outro lado, afirmou que ela foi inicialmente agredida por J. S. Palheta, e que esta jogara seu pãozinho fora, a fim de tomar-lhe o primeiro lugar.

Em sua decisão (manuscrita), o juiz Uriel Araújo afirmou que não cabia punição, uma vez que a indiciada era menor; “além de ser o fato consequência do reprovável costume de certos pais consentindo que seus filhos menores alinhem nas filas dos mercados”. E determinou: “ficará Edenis em companhia de seus pais, aos quais se advertirá no sentido de proibi-la a frequentar filas”. Em tempos de grande tensão em torno do abastecimento, a compra do alimento, além de custosa, poderia ser perigosa (AFCM, 1952: 4-7).

REFERÊNCIAS

- AFCM. **Caixa 224, processo nº 346**, de 20 de setembro de 1949, fl. 7.
- AFCM. **Caixa 287, processo nº 521**, de 26 de julho de 1951, fl. 2 e 6.
- AFCM. **Caixa 272, processo nº 972**, de 22 de janeiro de 1952, fls. 4-7.
- BARATA, Joaquim de Magalhães Cardoso. Relatório apresentado ao presidente da República em 1944. **Revista de Veterinária**. Belém, 1944.
- BARBOSA, Enéas. Ainda é o Amapá o lugar do Brasil em que a carne verde é vendida por menor preço. [jornal] **Amapá**. Nº 240, de 15 de outubro de 1949, p. 5.
- BASTOS, A. de Miranda. As perdas exatas na 'Batalha da Borracha'. [jornal] **Amapá**. Nº 319, de 21 de abril de 1951, p. 3.
- CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- FAISSOL, Speridião. **Atlas do Amapá**. Rio de Janeiro: Instituto Regional de Desenvolvimento do Amapá e Conselho Nacional de Geografia (IBGE), 1966.
- GARFIELD, Seth. A Amazônia no imaginário americano em tempo de guerra. **Revista Brasileira de História**. Vol. 29, nº 57, junho de 2009, p. 19-65.
- GTF.A.Reclamações. [jornal] **Amapá**. Nº 29, de 06 de outubro de 1945, p. 5.
- GTF.A. Desacatou um Ato do diretor da C.A.T.F.A. **Amapá**. Nº 7, de 12 de maio de 1945, p. 3.
- GTF.A. A Comissão de Abastecimento... **Amapá**. Nº 60, de 11 de maio de 1946, p. 2.
- GTF.A. A Superintendência de Abastecimento... **Amapá**. Nº 94, de 04 de janeiro de 1947, p. 2.
- GTF.A. Nova tabela para a venda de carne e vísceras. **Amapá**. Nº 150, de 24 de janeiro de 1947b, p. 2.
- GTF.A. Comissão de Preços de Macapá. Tabelamento de gêneros de primeira necessidade. **Amapá**. Nº 122, de 12 de julho de 1947c, p. 3

GTFA. Prefeitura Municipal de Macapá. Portaria nº 5. **Amapá**. Nº 100, de 15 de fevereiro de 1947d, p. 4.

GTFA. Reorganizada a Comissão de Preços de Macapá. **Amapá**. Nº 107, de 17 de janeiro de 1948, p. 1.

GTFA. Solidariedade das classes conservadoras de Macapá ao governador do Território. **Amapá**. Nº 287, de 13 de setembro de 1950, p. 3.

GTFA. Faltou transporte para o abastecimento da cidade. **Amapá**. Nº 367, de 29 de março de 1952, p. 3.

GTFA. O abastecimento no Território do Amapá. **Amapá**. Nº 468, de 13 de setembro de 1953, p. 8 (2º Caderno).

GTFA. COAP discutindo em plenário o problema dos preços. **Amapá**. Nº 586, de 25 de novembro de 1954, p. 1.

GTFA. Alta obtida no período de 12 meses. **Amapá**. Nº 660, de 14 de agosto de 1955, p. 1.

GTFA. Comissão de Abastecimento e Preços. **Amapá**. Nº 763, de 19 de agosto de 1956, p. 4.

GTFA. Fundada em Macapá a entidade dos pecuaristas. **Amapá**. Nº 775, de 07 de outubro de 1956b, p. 4.

GTFA. Comissão de Abastecimento e Preços. **Amapá**. Nº 763, de 19 de agosto de 1956c, p. 5.

GTFA. Reuniu o plenário da COAP. **Amapá**. Nº 790, de 29 de novembro de 1956d, p. 4.

GUERRA, Antônio Teixeira. **Estudo geográfico do Território do Amapá**. Rio de Janeiro: IBGE, 1954.

IBGE. Brasil. **Território do Amapá**. Rio de Janeiro: IBGE, 1955.

IBGE. Brasil. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1957.

ICOMI. **O manganês do Amapá**. Rio de Janeiro: Indústria e Comércio de Minérios S. A. (mimeografado), 1971.

LOBATO, Sidney da Silva. Os descaminhos da fortuna: a política de colonização no Amapá (1940-1958). In: AMARAL, Alexandre; OLIVEIRA, Augusto; SANTOS, Dorival; CAMBRAIA, Paulo; LOBATO, Sidney (orgs.). **Do lado de cá**: fragmentos de história do Amapá. Belém: Açaí, 2011, p. 115-138.

MARTINELLO, Pedro. **A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas consequências para o Vale Amazônico**. Tese de doutorado em História Econômica, USP, 1985.

MARTINS, José de Souza. Vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCHWARCZ, Lilia M. (org.). **História da vida privada no Brasil**. Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MONT’ALVERNE, Aracy. “Macapá Cinderela”. In: Idem. **Luzes da madrugada**: poemas. Macapá: Secretaria de Educação e Cultura do Território do Amapá, 1986.

NUNES, Janary. **Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

OLIVEIRA, Augusto. Maldição de Tântalo: alimento e fome como contradição no desenvolvimento do Amapá. In: AMARAL, Alexandre; OLIVEIRA, Augusto; SANTOS, Dorival; CAMBRAIA, Paulo; LOBATO, Sidney (orgs.). **Do lado de cá**: fragmentos de história do Amapá. Belém: Açaí, 2011, p. 417-442.

OLIVEIRA, Nilda Nazaré Pereira. **A economia da borracha na Amazônia sob o impacto dos acordos de Washington e da criação do Banco de Crédito da Borracha (1942-1950)**. Dissertação de mestrado em História Econômica, USP, 2001.

SECRETO, Maria Verónica. **Soldados da borracha**: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

TEIXEIRA JÚNIOR, José Ferreira O papel dos criadores na recuperação econômica do Amapá. **Revista do Amapá**. Ano 2, nº 7, de setembro de 1948, p. 8.